

## BRASÍLIA E A PRESERVAÇÃO DA MODERNIDADE

Maria Elaine Kohlsdorf\*

*"Deve, deve acontecer a síntese inteligente entre hoje e amanhã, entre tristes quarteirões e ruas vivamente alegres. Entre o necessário e o belo."*

Brigitte Reimann

## RESUMO

Objetiva-se discutir metodologia de análise dos espaços urbanos, considerados bens culturais passíveis de preservação. Brasília comparece como exemplo, onde um grupo de trabalho interinstitucional (GT Brasília) testou conceitos e exercitou técnicas de caracterização morfológica. Questionam-se, aqui, critérios de avaliação do patrimônio cultural e políticas de preservação, estas geralmente dissociadas das demais ações de planejamento urbano. O problema da conservação do bem contemporâneo não é isolado, mas integra-se ao debate sobre a manutenção dos testemunhos culturais, na memória social.

A recente celebração de Brasília como Patrimônio da Humanidade, além de reacender o debate sobre ela mesma, dá-nos oportunidade de discutir a preservação dos espaços urbanos, passando pela questão do patrimônio cultural contemporâneo. Deve-se, porém,

---

\* Arquiteta, Professora do Departamento de Urbanismo da UnB.

não esquecer que o reconhecimento efetivado pela UNESCO pouco tem alterado a conduta de planejamento e a dinâmica urbana deste e de outros conjuntos urbanos: assim como o Centro Histórico de Salvador vê sua conservação ameaçada, o tombamento de Brasília tem sido, até agora, um título honorífico.

O crescente interesse em analisar a preservação de bens culturais contemporâneos talvez não seja, apenas, um "fenômeno de fim-de-século", mas o resultado de insatisfações quanto às políticas de proteção vigentes. Estas expressam-se tanto em objetos físicos como em outras manifestações culturais e demonstram atitudes carregadas de conceituações sobre a memória do fazer humano.

Na verdade, preservar envolve sempre uma escolha, onde certas coisas são consideradas aptas a participar de um acervo, enquanto outras são descartadas. Desta avaliação tomam parte pessoas que, sendo ou não socialmente representativas, têm a responsabilidade não apenas de reservar o que, para permanecer, deverá ser devidamente cuidado, mas também de rejeitar uma série de realizações. Por isso, os agentes de preservação comprometem a história que será apreendida no futuro, à medida que elegem seus testemunhos do passado ou do presente.

A partir dessas premissas, os espaços urbanos revelam-se como produtos sociais que podem ou não constituir-se em patrimônio cultural sob proteção. As experiências neste sentido, no Brasil ou no exterior, apresentam alguns pontos relevantes para discussão:

a) Os critérios de seleção dos bens preserváveis obedecem, geralmente, à sua condição de monumento. Este é definido mais em função de seu caráter de excepcionalidade do que de provável papel como testemunho da história.

Quando se realiza o vínculo entre a expressão "histórico" e a política de proteção ao patrimônio cultural, emerge frequentemente o problema de afirmar-se apenas certos fatos como representativos do processo social e de eleger-se somente alguns produtos para testemunhá-los. Isto significa desprezar uma série de manifestações culturais de outros eventos e apresentar parcialmente a história.

Estas questões tornam-se mais polêmicas quando se observa que, quase sempre, o que se documenta é a trajetória dos vencedores dos conflitos sociais.

Por outro lado, existem esforços de crítica, salientando-se, desde 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) por suas tentativas de sistematizar referenciais adequados à consideração de nossos bens culturais. Ainda neste sentido, Lemos (1981) preocupa-se em anexar aos clássicos e discutíveis critérios "histórico" e "artístico" a condição de "bem de referência", propondo associar a eleição do que preservar a seu significado para os diferentes grupos sociais.

Associados a uma incipiente organização dos movimentos comunitários, estes passos dirigem a questão do resguardo de nossa memória para discussões em âmbitos cada vez menos restritos,

b) O critério "histórico", além de conter as já citadas dúvidas gerais de seleção, mostra-se problemático em sua própria definição, pois toma-se quase sempre história como sinônimo de antigo.

Em virtude desse fato, não é possível ocorrer uma correspondência processual, em que o presente é tão histórico quanto o passado, e surgem dúvidas sobre qual a "idade mínima" de um testemunho: um século? Duas gerações? Como consequência, temos visto desaparecer grande parte do acervo do início deste século, muitas vezes representativo de movimentos culturais reconhecidos.

Indagações semelhantes têm caracterizado o critério "artístico", onde os impasses crescem à medida que avança a discussão sobre a arte. Em que pesem tentativas de estabelecer parâmetros transparentes de análise, as posturas dominantes são, ainda, extremamente subjetivas, porque comprometidas com estruturas de poder muito discutíveis. Por isso, a perda de bens culturais sob este critério é ainda maior, com numerosos exemplos tanto em edificações, frações urbanas e objetos artesanais, quanto em manifestações ritualísticas.

c) A preservação dos vários tipos de bens com valor testemunhal é pouco integrada. Este fato manifesta-se com nitidez quando se trata do acervo físico-espacial, seja nos vínculos entre edificações e espaços urbanos preservados ou na relações destes com o meio ambiente natural.

No último caso, só muito recentemente certas formações naturais deixaram de pertencer apenas aos cuidados das ciências biológicas para ter RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 23-37, 1989

conhecido seu valor como testemunho da história dos povos ou do próprio planeta. Entretanto existe pouca aproximação entre as políticas de proteção destes bens e dos demais espaços conservados, sendo cada qual tratado como entidade autônoma, obtendo-se, muitas vezes, medidas conflitantes.

d) O espaço urbano tornou-se objeto de preservação como uma ampliação física do edifício, reduzindo-se sua definição a uma questão de tamanho. O âmbito urbano é considerado, primeiramente, área de entorno a uma edificação de destaque, passando mais tarde a ser um somatório de edifícios.

Em nosso país, devemos lembrar a atuação institucional desenvolvida a partir do início da década passada no sentido de consagrar algumas cidades como testemunhos de época, frutificando no Programa de Cidades Históricas (PCH) como uma retomada das preocupações que fizeram de Ouro Preto, quarenta anos antes, monumento nacional.

Há, contudo, raras exceções, onde se observa o espaço urbano **como uma situação específica**; em casos ainda mais escassos, tem sido tratado com **método próprio**. Na verdade, a atitude corrente é a cristalização de seu processo evolutivo através do, radical e de eficácia discutível, instrumento do Livro do Tombo,

Portanto existem, em geral, no tratamento do espaço urbano, um equívoco, porque não se o define como **objeto** em si, e uma lacuna, porque não se utiliza nem **método** nem **instrumentos** de preservação próprios.

## 1. Uma experiência em Brasília

Aloísio Magalhães representa um momento decisivo (ainda que breve) no cenário da preservação de nossos bens culturais, tendo logrado impulsionar revisões das correspondentes políticas e possibilitar contribuições à superação de alguns impasses.

Preocupado com a questão do patrimônio contemporâneo, indagou sobre o papel desempenhado por Brasília como exemplo de cidade-capital integralmente construída, fruto fiel dos princípios do Movimento de Arquitetura Moderna. Crítico quanto aos critérios tradicionais de seleção de bens preserváveis, abriu espaço a observá-los como valor de referência para a população, em inédita ampliação do fórum dessa discussão. Seu objetivo dirigia-se, já em 1980, à aceitação, pelas Nações Unidas, de Brasília como Patrimônio da Humanidade. O instrumento utilizado não apontava, necessariamente, para o tombamento tradicional.

A partir dessas premissas, e como Secretário de Cultura do MEC, criou, em 1981, o Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, composto por SPHAN-PRO-MEMÓRIA, Governo do Distrito Federal e UnB-Universidade de Brasília. O GT Brasília encarregou-se dos estudos que culminaram no tombamento dessa cidade, mas seu trabalho encerrou-se em momento anterior, com o envio do Dossiê Brasília à UNESCO, em 1986. As primeiras discussões do Grupo de Trabalho apontaram para que se alargasse o âmbito de ação:

a) No sentido processual, propondo-se envolver o maior número possível de cidadãos no debate sobre o acervo cultural e nas suas estratégias de conservação. Associou-se de imediato, ao critério histórico, aquele que observa os bens como de referência das populações.

b) No sentido disciplinar, estabelecendo-se que o patrimônio não se deveria restringir aos objetos físicos nem aos espaços edificados e urbanos. Ressalvou-se, porém, que as diversas manifestações culturais deveriam ter tratamento dentro das áreas de conhecimento correspondentes e com métodos específicos.

c) No sentido territorial, definindo-se os limites físicos de observação no quadrilátero do Distrito Federal, pois Brasília é, na verdade, uma cidade polinucleada<sup>1</sup> que ocupa todo o território do DF.

Obteve-se, nos aspectos físico-espaciais, os seguintes projetos:

a) O preexistente como testemunho da morfologia vernácula do Centro-Oeste, representado por sedes de numerosas fazendas e centros antigos das cidades-satélites de Planaltina e Brazlândia.

b) As manifestações pioneiras, concretizadas em cerca de 15 remanescentes de acampamentos de obra, que abrigam ainda os primeiros candangos e seus descendentes diretos.

c) O núcleo-sede, para o qual realizou-se o concurso em 1956, vencido por Lúcio Costa, e que é, na cidade, conhecido como Plano Piloto.

d) O meio ambiente natural, formado por ecossistemas ainda íntegros que compõem, de maneira descontínua, em todo o Distrito Federal,

Entretanto existem certas distâncias entre os objetivos colocados pelo GT e as realizações efetivadas. Pode-se exemplificar com a restrição aos bens construídos e naturais, não se tendo podido estudar outras categorias; os fóruns de discussão tiveram dimensões variadas, menores no Projeto Plano Piloto, mas muito amplas no acampamento da Vila Planalto.

Em termos metodológicos, desenvolveram-se com relativa plenitude os projetos do meio natural e dos espaços urbanos, tendo estes últimos cumprido todas as etapas, seguindo orientação uniforme, mas tendo frustrada a aplicação do sistema de preservação proposto.

A experiência do GT Brasília na escala urbana fundamentou-se em certos conceitos que não se restringem ao patrimônio contemporâneo. Aceitando-se que os cenários de vivência tornam-se bem referencial para várias gerações, passando por processos que são, dentre outros, de seu conhecimento, é necessário examinar como estes objetos apresentam-se aos cidadãos,

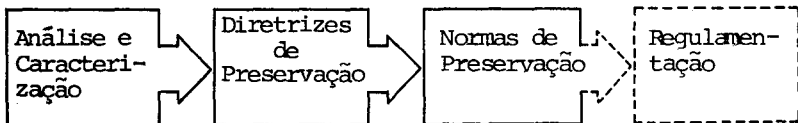
Isto significa que uma cidade, ou porções dela, possui uma série de características fundamentais, grande parte delas morfológicas, porque a noção de espaço constituiu-se a partir de sua forma fí-  
RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 23-37, 1989



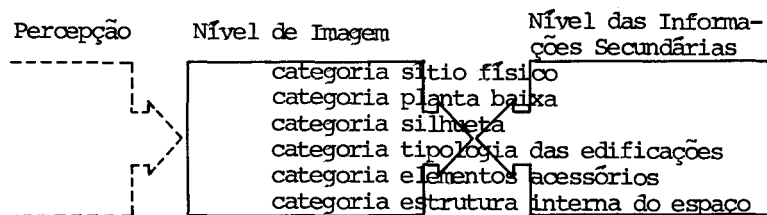
sica<sup>2</sup>. Este fato conduz a que se **selecionem características**, ao invés de se trabalhar com inventários supostamente objetivos, e a que se encaminhem somente estas para preservação. Assim, apenas certos elementos devem resguardar seus atributos, deixando-se os demais, que não são essenciais, abertos a transformações futuras requeridas pelo processo social.

É fácil perceber que esta abordagem contém uma idéia de preservação que vem ao encontro do caráter dinâmico das formações urbanas sem, portanto, cristalizá-las. Parece claro, também, o papel desempenhado pela idéia de imagem dos lugares neste enfoque: ela é o próprio objeto de preservação, à medida que contém as características fundamentais dos lugares.

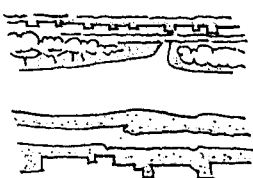
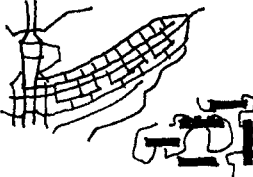
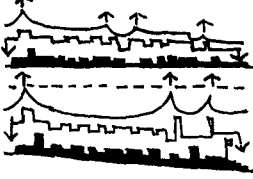
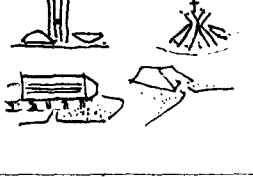

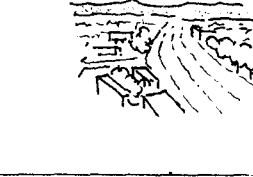
O trabalho constituiu-se de três passos básicos e consecutivos: a uma primeira e longa etapa de análise, que estabeleceu as características morfológicas fundamentais dos assentamentos, seguiu-se a formulação de diretrizes e, a partir destas, a elaboração da legislação correspondente, como normas de preservação. Estas deveriam ser logo incorporadas aos instrumentos reguladores do desenvolvimento urbano, como os Códigos de Obra, de Posturas e a Legislação de Uso do Solo.



Em função destes pressupostos, trabalhou-se de forma associada dois níveis de conhecimento do espaço: o correspondente à formação da imagem e aquele onde se localiza o referencial da mesma (o chamado nível de informações secundárias). As categorias de análise são comuns a ambos, entendidas como estruturais e, por isso, presentes em toda e qualquer morfologia<sup>3</sup>. Tratou-se, portanto, de caracterizar os assentamentos urbanos de modo que cada nível cognitivo abastecesse o outro,



No Projeto Plano Piloto, realizou-se, junto à população com vínculo no mesmo, uma pesquisa de imagem minuciosa, obtendo-se uma série de atributos fundamentais na representação mental da cidade para o universo entrevistado<sup>4</sup>. Estas características, sistematizadas segundo as referidas categorias analíticas, foram, geralmente, análogas às aquelas obtidas pelo exame feito pelos técnicos do GT no nível das informações secundárias.

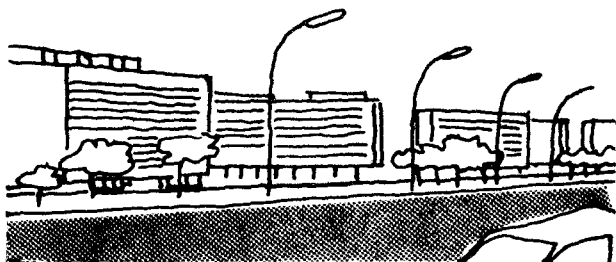
	Caracterização Morfológica	Diretrizes de Preservação Morfológica
Sítio Físico		Preservação das características de inserção da Área de Interesse de Preservação (AIP) no contexto territorial a que pertence. Preservação, valorização e resgate de seus atributos nativos de geomorfologia, hidrografia e vegetação. Preservação rigorosa de elementos naturais como testemunhos ecológicos.
Planta Baixa		Preservação das características fundamentais de malha, relações entre cheios e vazios e macroparcelamento da AIP, com revisão de seus aspectos problemáticos. Preservação das características fundamentais de seu microparcelamento, adequando-o ao papel de cada parte no conjunto da AIP.
Silhueta		Preservação das características fundamentais das silhuetas da AIP, pela manutenção das leis de composição de seus planos verticais.
Tipologia das Edificações		Preservação, resgate e valorização dos atributos fundamentais dos vários grupos tipológicos e de seu papel na caracterização de cada parte da AIP. Preservação rigorosa dos elementos tipológicos testemunhais do período inicial da cidade e de reconhecido valor cultural.
Elementos Acessórios		Valorização dos elementos acessórios, adaptados às características das várias partes da AIP. Preservação rigorosa daqueles com valor histórico e artístico.
Estrutura Inter-na do Espaço		Preservação dos atributos morfológicos básicos das várias partes da AIP, de suas relações temáticas e dos efeitos visuais, integrados em seqüência e característicos de cada porção. Reforço de qualidade e correção de aspectos problemáticos.

Quadro 1 - Exemplo das categorias utilizadas para caracterização do Plano Piloto, com as respectivas diretrizes de preservação. O número total de elementos analíticos e diretrizes foi muito superior e encontra-se em Síntese dos Trabalhos do GP-Brasília, maio 1985 (SPHAN-PRO-MEMÓRIA).

Deve-se esclarecer que os dois níveis de caracterização não apresentaram, apenas, os aspectos positivos da formação imagética da cidade; entenda-se, inclusive, que o principal critério de avaliação vinculou-se à **intensidade** da imagem. Assim, uma imagem forte não significa, necessariamente, que as pessoas gostam de determinado bairro ou cidade: são, por exemplo, problemas de imagem, uma identidade fraca ou dúvidas na orientação de seus usuários.

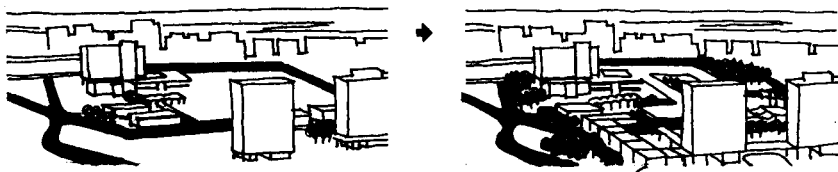
Desta forma, o resultado da análise do Plano Piloto (como, aliás, ocorreu também nos demais projetos) é uma listagem de características a serem preservadas e de uma série de outras que, ao contrário, requerem transformações porque debilitam a imagem deste assentamento<sup>5</sup>. Dentre as primeiras, destaca-se a morfologia das Asas Norte e Sul, estruturadas sobre superquadras que, por serem sua característica fundamental, deveriam ser preservadas em suas linhas básicas. Esta medida impede, inclusive, que tal organização venha a ocorrer em outros bairros da cidade, para evitar redundâncias que sempre enfraquecem a imagem.

Como exemplo de questões problemáticas podemos citar o centro urbano que, por sua descontinuidade física, funcional e plástica, não comparece nem como uma parte íntegra, nem como o coração de Brasília, além de ter sido representado de formas muito diferentes pelos mais de 1.000 entrevistados.



Ao critério de intensidade imagética foi associado outro parâmetro de avaliação do Plano Piloto, no sentido de filtrar as primeiras conclusões em direção a melhorias de qualidade de vida em Brasília que foram extraídas da pesquisa com a população. Portanto, ao invés de se preservar, por vezes, verdadeiros absurdos ao desempenho social dos espaços, propôs-se medidas de correção que, ao mesmo tempo, não comprometessem o referencial imagético. Um exemplo bastante conhecido refere-se aos setores monofuncionais (como os setores bancários, de autarquias, hoteleiros, etc.) que, embora característicos, apresentam problemas de vivência cotidiana. A proposta exercitada manteve os usos predominantes (acima de 50%) e promoveu as atividades complementares necessárias.

O resultado desta dinâmica de trabalho, aqui sucintamente apresentada, foi uma série de **diretrizes de preservação** sempre associadas a outras, de **transformação**. Conseqüentemente, a Legislação de Preservação preparada pelo GT Brasília não se constitui em uma série de disposições apenas de manutenção de elementos característicos dos assentamentos abordados<sup>6</sup>. É, tanto quanto, uma contínua solicitação a que se revisem aspectos problemáticos situados em diversos níveis de análise, bem como nos diferentes aspectos morfológicos. RESULTUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 23-37, 1989



tou, na verdade, em um ensaio de inserção das atitudes de preservação do patrimônio físico-espacial da cidade em um processo mais amplo, progressivo e ininterrupto, que tem por objetivo o seu **planejamento**.

#### NOTAS

1. Cf. Ferreira e Paviani.
2. Cf. Piaget & Inhelder.
3. Cf. Trieb et al.
4. Cf. Barbosa & Vianna.
5. Cf. Bicca et al.
6. Cf. Anteprojeto de Lei de Preservação...

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTEPROJETO de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. Boletim IA, Brasília, IA/UnB, n.45, 1988.
- BARBOSA, Y., VIANNA, M. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. In: TURKIENICZ, B. (Org.) Desenho urbano I. São Paulo: Projeto, 1984.
- BICCA, B., VIANNA, M., KOHLSORF, M.E., BARBOSA, Y. A preservação do espaço de Brasília: diretrizes para sua Área de Interesse Especial. In: TURKIENICZ, B., MALTA, M. (Eds.) Desenho urbano. São Paulo: Pini, 1986.
- RUA, Salvador, v.2, n.3, p.23-37, 1989

- FERREIRA, I.C.B. O Processo de Urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília, In: PAVIANI, A., ed. Brasília, Ideologia e Realidade. São Paulo: Projeto, 1985.
- LEMOS, C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PAVIANI, A., ed. Brasília, Ideologia e Realidade. São Paulo: Projeto, 1985.
- PIAGET, J., INHELDER, B. La representation de l'espace chez l'enfant. Paris: PUF, 1972.
- TRIEB, M. et al. Erhaltung und Gestaltung des Ortsbildes. Stuttgart: Kohlhammer, 1985.